



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Pregão Presencial n.º 027/2023

Comissão	Fis	99
Permanente		
Processo nº		

Processo n.º 2023.205.000239-6-PR
Data: 21/08/2023

Pregão Presencial n.º 027/2023



Processo n.º 2023.205.000239-6-PR

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, n.º 47 - Parque Santo Amaro, Telefone n.º (22) 98175-2073, através da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia,** será realizada a licitação na modalidade **Pregão Presencial**, cujo Edital recebeu o n.º **027/2023** para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei n.º 8.883/94, Decreto Municipal n.º 065, de 16/02/05, pela Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às 10h (Dez horas) do dia **27 de setembro de 2023**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

- 1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I**
- 1.4.2- Minuta de Contrato- Anexo II**
- 1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III**
- 1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV**
- 1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V**
- 1.4.6- Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI**
- 1.4.7- Termo de Referência - Anexo VII**

1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada do edital, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização e desratização com fornecimento de mão-de-obra especializada, materiais, produtos e equipamentos necessários, a serem executados nas unidades escolares e demais setores pertencentes à Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, conforme descrito nos Anexos I e VII deste Edital.**

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com a Administração ou impedidas de licitar com a Administração Pública.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia**, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular ou Carta de Credenciamento, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, em separado dos envelopes de proposta e documentação.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

MP

5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 - Somente poderão usufruir dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/06 as ME's e EPP's devidamente credenciadas de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, **PREFERENCIALMENTE**, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada.



Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, INTEGRALMENTE, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: "PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO".

7.2 - Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior, mas toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.



7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

7.3. As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido no subitem 4.3, deverão encaminhar cópia do contrato social e da declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de qualquer um dos dois documentos em questão acarretará no impedimento da empresa em participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a referida declaração, poderá preenchê-la de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e na ordem crescente, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem crescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.



7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei n.º 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subseqüentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e na ordem crescente, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subseqüente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7.14- No caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, conforme segue:

7.14.1 - Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.

7.14.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do Pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.

7.14.2.1 - A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar nº 123/06.



7.14.3 – Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no **subitem 7.14.1**, para o exercício do mesmo direito.

7.14.4 – Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

7.15- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço por item**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor**, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.16- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 15.1.**

7.17- Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.18- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

7.19- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta **ou** de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes**.

7.19.1 - Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

7.19.2 – Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.20- Ocorrendo a hipótese anterior, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

7.22- O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.23- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;



8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal;

8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal n.º 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.8- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.2.9- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.10- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.



8.2.11- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.12- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.13- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.14 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.14.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.14.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo **subitem 7.19**.

8.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:



- a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei n.º 6.404/76);
- b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;
- c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;
- d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

8.3.1.1- O Balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

8.3.1.2 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal n.º 8.768/17.

8.3.2- Na hipótese em que não seja possível verificar com clareza os valores do ativo circulante (AC), do realizável a longo prazo (RLP), do passivo circulante (PC), do exigível a longo prazo (ELP), do exigível total (ET) e do ativo total (AT), o balanço a que se refere o subitem 8.3.1 deverá vir acompanhado de demonstrativo elaborado em papel timbrado da licitante, assinado pelo contabilista regularmente habilitado e por seu representante legal, em que estejam devidamente informados os valores supramencionados, de modo a possibilitar avaliar-se a situação financeira da proponente, com os índices abaixo já calculados, a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

8.3.2.1- Índice de Liquidez Geral

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

8.3.2.2- Índice de Liquidez Corrente

$$ILC = AC / PC$$

8.3.2.3- Grau de Endividamento Geral

$$GEG = ET / AT$$

Onde:



AC = Ativo Circulante;
PC = Passivo Circulante;
RLP = Realizável à Longo Prazo;
ELP = Exigível à Longo Prazo;
ET = Exigível Total;
AT = Ativo Total.

8.3.3- Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem as seguintes condições:

- 8.3.3.1- Índice de Liquidez Geral $\geq 1,00$
- 8.3.3.2- Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,00$
- 8.3.3.3- Grau de Endividamento Geral $\leq 1,00$

8.3.4- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final efetivamente vencido pela empresa.

8.3.5- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.5.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.6.

8.3.5.2 - Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.5 e 8.3.6, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.6- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.6.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.5 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.



8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1- A licitante deverá atender as exigências elencadas no item 14 do Termo de Referência (Anexo VII), elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia.

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da **PMCG**, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 - As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do item 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. **Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.**

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.



9.1.1- O prazo para apresentação de recursos começara a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme item 8.2.14 deste Edital.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

9.3- Os recursos e contrarrazões recursais poderão ser protocolados no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, n.º 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 10 às 17 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou enviadas para o e-mail pregao@campos.rj.gov.br.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.14.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso **no serviço** objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do serviço, por dia útil excedente.

10.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.



11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa correrá pelo código 12.365.0046.2371.0000 e 12.361.0046.2372.0000 relativo ao Programa de Trabalho e pela Natureza de Despesa 339039.

12- DAS CONDIÇÕES EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1.1- O prazo para a prestação dos serviços objeto deste Pregão será de 12 (doze) meses, conforme previsto no item 5 do Termo de Referência (Anexo VII), elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia.

12.1.2- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento pela adjudicatária da Ordem de Serviço a ser emitida pela SEDUCT.

12.1.3- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

12.2- LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.2.1 - O licitante vencedor desta licitação terá que executar o serviço, conforme previsto no item 4 do Termo de Referência.

12.3- REGIME DE EXECUÇÃO

12.3.1- O objeto desta licitação, quando contratado, será executado de forma indireta em regime de empreitada por preço unitário.

13- DA CONTRATAÇÃO

13.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da convocação da SEDUCT para a sua formalização, devendo a(s) empresa(s) estar(em) portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

14- DA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

14.1 - As solicitações de esclarecimentos e as impugnações editalícias poderão ser protocoladas no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, n.º 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 10 às 17 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados





do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou enviadas para o e-mail pregao@campos.rj.gov.br.

14.2- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

15- DO VALOR

15.1 - Estima-se o valor total desta licitação em **R\$ 711.258,61 (setecentos e onze mil, duzentos e cinquenta e oito reais e sessenta e um centavos)**.

16- DO PAGAMENTO

16.1 - Pelo serviço objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância total que vier a ser pactuada, em moeda corrente nacional até o 30º (trigésimo) dia da data de apresentação da respectiva nota fiscal/ fatura, conforme previsto no item 11 do Termo de Referência.

16.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, através do Protocolo do Geral.

16.3 - Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância à respectiva Nota de Empenho.

16.4- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto e, desde que o atraso decorra de culpa da SEDUCT, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

16.5- O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 16.4, será efetivado mediante autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao Ilustríssimo Senhor Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia.

16.6- Caso a SEDUCT efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;



16.7- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **SEDUCT** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

16.7.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere este edital, sem a multa e a compensação financeira estipuladas neste instrumento convocatório;

16.8- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

17 - DO REAJUSTAMENTO

17.1 - Em caso de prorrogação do contrato, deverá ser observado o disposto no item 5 e 12 do Termo de Referência (ANEXO VII).

18- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

18.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que argüidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

18.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

18.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.

18.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

18.7- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93.



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Pregão Presencial n.º 027/2023


Comissão	Fis	118
Assessoria	Subs	
Processo Nº		

Processo n.º 2023.205.000239-6-PR

Data: 21/08/2023

18.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 21 de agosto de 2023.


Marcelo Machado Feres

Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

Anexo I - Proposta Comercial

ITEM	DESCRIÇÃO (conforme item 4 do Termo de Referência)	QUANT	UNID	PREÇO UNITÁRIO EM ALGARISMO (R\$)	PREÇO TOTAL EM ALGARISMO (R\$)
1	Serviço de desinsetização	447.332,46	M²		
2	Serviço de desratização	447.332,46	M²		
Valor Total da proposta:					
Valor Total da proposta por extenso:					

O preço acima considera todas as exigências e especificações técnicas contidas no Edital e no Termo de Referência do Pregão Presencial n.º 027/2023, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre os serviços.

A validade e condições desta proposta são de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial n.º. 027/2023, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOMTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Pregão Presencial n.º 027/2023

120
Processo Nº

Processo n.º 2023.205.000239-6-PR

Data: 21/08/2023

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO N.º ____/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
SEDUCT _____ E _____ A
EMPRESA _____.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o n.º _____, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, _____, e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____ neste ato representada pelo Sr. _____, portador do documento de identidade n.º _____, órgão expedidor _____, CPF n.º _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL DE N.º 027/2023**, ajustam entre si o presente contrato, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal n.º 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo n.º 2023.205.000239-6-PR, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização e desratização com fornecimento de mão-de-obra especializada, materiais, produtos e equipamentos necessários, a serem executados nas unidades escolares e demais setores pertencentes à Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo n.º 2023.205.000239-6-PR e em tudo o mais que se relacione com o serviço objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital n.º 027/2023.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) executar os serviços nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelo serviço;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;

- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os serviços que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ ____ (____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após a realização do serviço, objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa correrá por conta da Dotação Orçamentária existente nos Programas de Trabalho P.T. **12.365.0046.2371.0000** e **12.361.0046.2372.0000** e pela Natureza de Despesa N.D. **339039**, com cobertura através da Nota Empenho n.º ____ de ____.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável pelo período de 12 meses.

Parágrafo Primeiro: Em caso de prorrogação do contrato, deverá ser observado o disposto no item 12 do Termo de Referência (ANEXO VII).

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de





até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

Parágrafo Primeiro: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da inflação, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do serviço, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

Parágrafo Terceiro: Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único. Ficarão o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação dos serviços sem justa causa ou previa comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;

- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo para a execução dos serviços, objeto deste contrato, será de 12 (doze) meses, conforme previsto no item 5 do Termo de Referência (Anexo VII), elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo contratual poderá ser prorrogado desde que observados os termos do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado de forma indireta, em regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.





CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão n.º 027/2023, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da CONTRATADA, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo n.º 2023.205.000239-6-PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2023.

Contratante: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Contratada: _____

Testemunhas: _____

M



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Pregão Presencial n.º 027/2023

Comissão	Fis	126
de	de	
Licitação	de	
Processo	de	

Processo n.º 2023.205.000239-6-PR

Data: 21/08/2023

Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo)

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a),
portador (a) da Cédula de Identidade n.º e CPF sob o n.º
....., a participar da Licitação instaurada pela **SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL n.º
027/2023**, suprarreferenciada, na qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe
poderes para pronunciar-se em nome da empresa, **bem
como formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição,
assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.**

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2023.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante



Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial n.º 027/2023

.....,

(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º

DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2023.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

Comissão	Fis	128
de	Rubrica	
Processo Nº		

Processo n.º 2023.205.000239-6-PR

Data: 21/08/2023

Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

....., (nome da empresa) CNPJ ou CIC n.º, declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei n.º 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2023**.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2023.

**Representante legal da empresa e
carimbo da licitante**



Anexo VI - Declaração de Enquadramento de ME ou EPP (Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Presencial n.º 0027/2023

.....(razão social do
licitante) com endereço na..... inscrita no CNPJ/MF sob o número
..... vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena
de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei n.º 10.520/02,
declarar que cumpre os requisitos legais para efeito de enquadramento como Microempresa
(ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a
Lei Complementar Federal n.º 123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal n.º
8.768/17 e **não incide em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da**
Lei Complementar, sendo considerada:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei
Complementar Federal n.º 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de
14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar
n.º 123, de 14/12/2006.

() Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior,
receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar n.º 123,
de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme
estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

Em de de 2023.

**Representante legal da empresa e
carimbo da licitante**



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Pregão Presencial n.º 027/2023

Comissão	Fis	130
Assessoria	Assessoria	130
Processo Nº		

Processo n.º 2023.205.000239-6-PR

Data: 21/08/2023

ANEXO VII - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, elaborado em acordo com as disposições contidas na Lei Federal nº. 8.666/93 que visa estabelecer os requisitos básicos norteadores para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO A SEREM EXECUTADOS NAS UNIDADES ESCOLARES E DEMAIS SETORES PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COM O FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS, PRODUTOS E OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS**, conforme especificações constantes no presente Termo de Referência.

1.2. A contratação será realizada mediante licitação na modalidade de **PREGÃO**, em sua forma presencial, que será aferido pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM** conforme condições deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização e desratização a serem executados nas unidades escolares e demais setores pertencentes a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, com o fornecimento de mão-de-obra especializada, materiais, produtos e os equipamentos necessários.

Considerando que a SEDUCT recebe diariamente em suas instalações, um significativo número de discentes, docentes, servidores, colaboradores e visitantes, os quais circulam nas unidades escolares e nos setores ligados a ela.

Considerando que se trata de serviço essencial e sua interrupção pode comprometer a saúde de pessoas e a higienização das instalações físicas das unidades, implicando em sérios transtornos e comprometendo o funcionamento regular das unidades.

Frente ao exposto, torna-se imprescindível à contratação para a prestação do serviço de desinsetização e desratização, visando evitar que doenças se proliferem nos estabelecimentos, bem como zelar preventivamente pelas instalações, bens móveis e imóveis contra a ação predatória de vetores e pragas, evitando assim a degeneração do patrimônio público.

3. DA APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E LEI MUNICIPAL Nº 8.768/17

3.1. Tendo em vista a aplicabilidade dos critérios de tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte e ao empreendedor individual no âmbito das licitações públicas, normativa esta interposta pelos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e arts. 52 a 56 da Lei Municipal nº 8.768/2017, julgamos oportuno estabelecer o seguinte:

A Secretaria Municipal de Educação, no exercício de suas funções, com o objetivo de demonstrar que a aplicação dos benefícios materiais previstos nos dispositivos legais acima referenciados pode ter sua aplicabilidade dispensada pela autoridade responsável da licitação, de acordo com a conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 57 da Lei Municipal nº 8.768/2017, cujos quais transcrevemos abaixo, respectivamente:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:
III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; (...)

Art. 57. Não serão aplicadas as normas dos arts. 52 a 56 desta Lei, quando:
II - O tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública, por registrarem preço superior ao valor estabelecido como referência, ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, por incompatibilidade na aplicação dos benefícios; (...)

4. ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANTIDADE
1	SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO A SER EXECUTADO NAS UNIDADES ESCOLARES E DEMAIS SETORES PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COM O FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS, PRODUTOS E OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS.	m²	447.332,46
2	SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO A SER EXECUTADO NAS UNIDADES ESCOLARES E DEMAIS SETORES PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COM O FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS, PRODUTOS E OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS.	m²	447.332,46

Obs: Para o cálculo da quantidade acima, levou-se em consideração a metragem total da área construída (Anexo I) multiplicada por 2 (2 aplicações ao ano mantendo um intervalo de 6 (seis) meses entre uma aplicação e outra).

4.1. Do serviço de desinsetização:

Consiste no controle de insetos voadores e rasteiros. Inclui aranhas, baratas, pulgas, formigas, escorpiões, traças, mosquitos, lacraias, moscas e pernilongos. As aplicações serão executadas associando os sistemas de pulverização, gel, atomizador, larvicidas e pó químico.

- Pulverização: Espargimento de composto de produtos químicos específicos para cada praga, devidamente preparados e apropriados para cada local;
- Gel Inseticida: Aplicação de inseticida específico, através de depósito de pequenas gotas em pontos estratégicos, tais como frestas, trilhas, mobiliários, equipamentos eletrônicos, embaixo de bancadas e atrás de quadros, com a finalidade de atrair e eliminar os insetos por ingestão;
- Atomizador: Aplicação de inseticida por atomizadores a frio que adere às paredes e vegetação onde os insetos pousam e morrem.
- Larvicidas: Aplicação de inseticida granulado nos prováveis criadouros de mosquitos
- Pó Químico: Polvilhamento de inseticida inodoro e com alto poder de extermínio, em toda a área a ser combatida e controlada.

4.2. Do serviço de desratização:

Aplicação de raticida em forma de iscas granuladas, parafinadas, em cubos, e pó de contato em pontos estratégicos de tocas, ninheiras e passagem de roedores. O material a ser utilizado deverá ser eficaz, com características de matar os roedores, não permitindo, assim, a circulação de ratos envenenados, bem como não permitir que os ratos, depois de mortos, vão à putrefação, exalando mau cheiro, ou venham a causar entupimentos nas tubulações.

É necessário que todos os produtos empregados estejam devidamente acondicionados em porta-iscas, ambiente externo (porta iscas cápsulas) e ambiente interno (porta iscas de cola adesiva).

4.3. Dos produtos a serem utilizados:

- a) Não causarem manchas;
- b) Serem antialérgicos;
- c) Serem inofensivos à saúde humana.

- d) Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA);

4.4. Do comprovante de execução do serviço:

Em consonância com o que versa a RDC nº 622/2022, a contratada deve fornecer o "comprovante de execução do serviço" contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) nome do cliente;
- b) endereço do imóvel;
- c) praga(s) alvo;
- d) data de execução dos serviços;
- e) prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;
- f) grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
- g) nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
- h) orientações pertinentes ao serviço executado;
- i) nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;
- j) número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e
- k) identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

A empresa deverá afixar cartazes informando a realização da desinsetização/desratização, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental.

4.5. Da garantia do serviço:

- 4.5.1.** Conceder **período de garantia** mínimo de **90 (noventa) dias**, contados do dia da conclusão dos serviços;

4.5.1.1. No caso de reaparecimento de pragas, a empresa estará obrigada a realizar assistência técnica corretiva, quando solicitada pela fiscalização do contrato, que consistirá em rever instalações, removendo todos os focos e indícios de infestação de cupins, sem qualquer custo para a SEDUCT;

4.5.1.2. A prestação do serviço de garantia deverá ser concluída no prazo máximo de **07 (sete) dias** contados da data de cada solicitação

4.6. Prazo de execução:

- 4.6.1.** O início do serviço se dará em **até 30 (trinta) dias corridos** após o recebimento da ordem de serviço emitida por autoridade competente.

- 4.6.2.** O cronograma de execução será definido pela autoridade competente.

4.7. Local de Execução:

Os serviços serão prestados nos endereços elencados no **Anexo I** deste documento.

5. VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 5.1.** O prazo de vigência da presente contratação será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogável por igual período até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Lei n 8.666/1993.

5.2. Os contratos advindos da futura contratação, serão regidos nas formas dos artigos 57 e 65 da lei Federal nº 8666/93.

6. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

6.1. O recebimento do objeto da licitação se dará conforme o disposto no artigo 73 da Lei nº 8.666/93, e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:

6.1.1. **Provisoriamente** - O recebimento provisório ocorrerá por ocasião da prestação do serviço, objeto deste termo de referência, no local indicado na Ordem de serviço, para posterior verificação da conformidade do equipamento instalado com as especificações nele constante.

6.1.2. **Definitivamente** - O recebimento definitivo dos serviços contratados se dará por servidor e constará de:

I - A verificação dos serviços contratados para constatar a integridade dos mesmos.

II - A verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta do Contratado.

III - A critério exclusivo do Município poderão ser realizados testes de forma a verificar a compatibilidade dos mesmos com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta do Contratado.

6.1.3. Caso satisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recebimento Definitivo, que também poderá ser suprido pelo ateste do servidor responsável na nota fiscal/fatura correspondente ao pagamento pela execução do serviço.

6.1.4. Caso sejam insatisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades e demais singularidades com as especificações exigidas. Nesta hipótese, o serviço será rejeitado, devendo ser corrigido no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

6.1.5. Caso a correção não ocorra nos prazos previstos no Termo de Referência estará a Contratada incorrendo em atraso na execução, sujeita à aplicação das sanções previstas.

6.1.6. Os custos da correção supracitada correrão exclusivamente à conta da Contratada.

6.1.7. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do serviço prestado, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da execução do mesmo.

6.1.8. À Contratada caberá sanar a irregularidade apontada no recebimento provisório e recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. Além das responsabilidades resultantes da Lei nº 8.666/93, constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

7.1.1. Executar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

7.1.2. Fornecer comprovante de execução do serviço nos termos do subitem 4.3;

7.1.3. Conceder garantia do serviço de no mínimo 90 (noventa) dias nos termos do subitem 4.4;

7.1.4. Utilizar produtos saneantes desinfestantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na Anvisa.

7.1.5. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

7.1.6. Fornecer materiais, produtos e equipamentos de trabalho, principalmente de segurança, coletivos e individuais, (EPIs e EPCs), adequados e necessários à consecução dos serviços constantes deste Termo de Referência, sem quaisquer ônus para o contratante, responsabilizando-se pelo quantitativo e qualitativo dos materiais, produtos e equipamentos empregados.

7.1.7. Utilizar empregados devidamente identificados, uniformizados, qualificados, assumindo total responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive as decorrentes de indenizações e seguros; devendo ser cumpridas as normas gerais e/ou especiais de segurança e de medicina do trabalho, principalmente as afetas à natureza dos serviços contemplados neste Termo;

7.1.8. Refazer, às suas expensas, os serviços que tenham comprovadamente sido executados com erros ou imperfeição técnica;

7.1.9. Não expor seus funcionários e terceiros a exposição direta aos produtos aplicados;

7.1.10. Assumir total responsabilidade por todos os danos eventualmente causados a pessoas e ao patrimônio, quando comprovadamente tenha ocorrido por negligência e/ou inabilidade dos funcionários da Contratada, esta promoverá a quem de direito o ressarcimento dos danos, quando da execução dos serviços;

8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

8.1. Requisitar a prestação de serviço, na forma prevista neste Termo de Referência;

8.2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;

8.3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas no presente termo;

8.4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual;

8.5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

9. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1. A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização e avaliação sobre os serviços a serem prestados, diretamente ou por prepostos designados. Havendo desacordo com as especificações, detalhamento e condições constantes deste termo, ficam sujeitos à aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos, no contrato e demais sanções cabíveis;

9.2. O servidor responsável registrará em relatório as deficiências verificadas na prestação do serviço, encaminhando cópias à CONTRATADA, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Termo;

9.3. A CONTRATANTE reserva-se o direito de proceder quaisquer diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se a CONTRATADA às cominações legais;

9.4. O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste regulamento, bem como na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Federal n. 8.080/90, ensejará a rescisão do contrato, sendo possibilitado o contraditório e a ampla defesa.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, sem a anuência da Contratante.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado à CONTRATADA de acordo com as ordens de fornecimento, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura a CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias após a execução de cada parcela contratual, desde que não haja fator impeditivo por parte da licitante adjudicada.

11.1.1. Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a licitante vencedora deverá anexar a cópia da certidão CRF e FGTS (CEF), dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

11.1.2. Nenhum pagamento será efetuado à licitante adjudicada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

11.1.3. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa da fornecedora, o prazo de 30 (trinta) dias recomeçará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

12. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO, DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

12.1. O contrato poderá ser alterado somente em um dos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, com as devidas justificativas e mediante interesse da Contratante.

12.2. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no caput, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o inciso XXI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

12.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

12.4. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantos quanto forem os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho das categorias envolvidas na contratação.

12.5. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

12.6. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

- I. Da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou
- II. Da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

12.7. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

12.8. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

12.9. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, observado o disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

12.10. A variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

- I. Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- II. As particularidades do contrato em vigência;
- III. A nova planilha com variação dos custos apresentada;
- IV. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

V. A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

12.11. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

12.12. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

12.13. O prazo referido de sessenta dias ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.

12.14. O órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

12.15. As repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

12.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

I. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;

II. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

12.17. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.

12.18. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.19. A empresa contratada para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, os seus preços deverão ser corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o inciso XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. O reajuste em sentido estrito, como espécie de reajuste contratual, consiste na aplicação de índice de correção monetária previsto no contrato, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

12.21. É admitida estipulação de reajuste em sentido estrito nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano, desde que não haja regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

12.22. O reajuste em sentido estrito terá periodicidade igual ou superior a um ano, sendo o termo inicial do período de correção monetária ou reajuste, a data prevista para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, ou, no caso de novo reajuste, a data a que o anterior tiver se referido.

12.23. São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que, na apuração do índice de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste de periodicidade inferior à anual.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento das obrigações assumidas em razão desta licitação e das obrigações contratuais sujeitará a(s) licitante(s) adjudicatária(s), garantida a prévia defesa, às seguintes sanções:

13.1.1. advertência;

- 13.1.2. pelo atraso injustificado na entrega do item objeto da licitação, será aplicada multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida da obrigação, limitada a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será causa de rescisão contratual. Contar-se-á o prazo a partir do término da data fixada para a entrega do item, ou após o prazo concedido às correções, quando o objeto licitado estiver em desacordo com as especificações requeridas;
- 13.1.3. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, nos casos de qualquer outra situação de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas;
- 13.1.4. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- 13.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei;
- 13.1.6. aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o termo de contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, também ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais;
- 13.2. As sanções de multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação.

14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 14.1. A licitante deverá apresentar, na data prevista para a entrega da documentação de habilitação, a documentação relativa à qualificação técnica:
- 14.1.1. Comprovação que é licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente, dado que somente poderá funcionar após licenciada, de acordo com o art. 4º da Resolução RDC nº 622/2022.
- 14.1.2. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Profissional competente, para serviços de controle de vetores e pragas urbanas
- 14.1.3. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado (com firma reconhecida).
- 14.1.4. Comprovante de que possui em seu quadro permanente um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho.
- 14.1.4.1. A comprovação do vínculo profissional será realizada através de um dos itens: cópia da CTPS, ficha de registro do empregado, contrato de prestação de serviços, ou contrato social da empresa em que conste o profissional como sócio.
- 14.1.5. Comprovação, por meio da apresentação do **Atestado de Visita Técnica** (Anexo II) fornecido pela Diretoria de Infraestrutura no local onde será executado o serviço OU **Declaração de Não Realização de Visita Técnica** (Anexo III) das empresas que optarem por não realizar a visita.
- 14.1.5.1. O LICITANTE, ao apresentar a proposta, considerar-se-á como tendo vistoriado todas as instalações, considerando-se como vistoria: "A constatação de um fato em imóvel, mediante exame circunstanciado dos elementos que o constituem, objetivando uma avaliação precisa dos serviços e materiais necessários", podendo neste ato, formalizar através do "Atestado de Visita Técnica".

15. DA VISITA TÉCNICA

- 15.1. As licitantes interessadas poderão realizar visita técnica nas dependências das unidades pertencentes à SEDUCT, nos endereços constantes no **Anexo I**.
- 15.2. A visita poderá ser realizada até **01 (um) dia útil** antes da licitação, a qual será agendada pelo e-mail: infraestrutura.seduct@edu.campos.rj.gov.br, ou pelo telefone (22) 98131-0070 (Mínimo 48 horas úteis de antecedência). As empresas licitantes serão comunicadas por e-mail, dos momentos e locais onde devem se apresentar, para a vistoria, e quem as conduzirá;
- 15.3. As Licitantes poderão apresentar apenas 2 (dois) representantes para esta visita.
- 15.4. Ao final da visita, a SEDUCT emitirá Atestado em favor da Licitante (Anexo II). Os custos da visita são de responsabilidade da Licitante, incluindo seus deslocamentos em veículo próprio aos locais vistoriados.
- 15.5. Se por qualquer razão, após a visita, a data do certame for adiada, haverá nova visita. Porém, o atestado já emitido na visita anterior **não** perderá a sua validade, de forma a não onerar as empresas que já prestaram a visita, a não ser que haja mudança nos equipamentos ou locais da prestação dos serviços.
- 15.6. Não é obrigatória a visita às unidades;
- 15.7. Não serão admitidas imposições ao Contratante por desconhecimento da infraestrutura local;
- 15.8. Os custos não avaliados pela ausência à visita técnica são de inteira responsabilidade da proponente;
- 15.9. As Licitantes se obrigam a não divulgar, publicar ou fazer uso das informações recebidas durante a vistoria. A simples participação na vistoria caracteriza o compromisso irrevogável de guarda do sigilo dos dados colhidos.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da referida contratação correrão à conta da seguinte Categoria Econômica do Orçamento vigente:

Ficha: 3139

Ficha: 2052

17. DO FORO

- 17.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de **Campos dos Goytacazes/RJ**.

Francisco Eduardo Freitas Ribeiro dos Santos Filho
Diretor de Infraestrutura
Matrícula: 36867

Francisco Eduardo Freitas Ribeiro dos Santos Filho
Diretor de Infraestrutura
Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia
Campos dos Goytacazes/RJ

Campos dos Goytacazes/RJ, 14 de junho de 2023.

Ciente; pelo prosseguimento.

Marcelo Machado Feres
Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia
Campos dos Goytacazes/RJ

Marcelo Machado Feres
Secretário de Educação,
Ciência e Tecnologia
Matr.: 40.743

ANEXO I
DIMENSIONAMENTO DA DEMANDA

Nº	TIPO	NOME	ENDEREÇO	LOCALIDADE	ÁREA TOTAL
1	Creche	Aldeia	Rod Campos x Itaperuna, 100	Aldeia	755,43
2	Creche	Álvaro Ribeiro das Neves	Rua Principal, s/n	Nova Canaã	2483,81
3	Creche	Ana Beatriz Rangel da Silva	R. Ariosto Lanes Rabelo, 167	Jockey Club	429,18
4	Creche	Anísio Spínola Teixeira	Av Antonio Luiz da Silveira s/n - Km 13	Travessão	2767,09
5	Creche	Antonino Venâncio	Av. Antônio Luiz da Silveira, nº200	Travessão	321,9
6	Creche	Antônio Nunes Vieira	Rua Principal, s/nº	Três Vendas	145,20
7	Creche	Ataliba Carvalho de Brito	Rua da Praça, s/nº	Sapucaia	2798,63
8	Creche	Baixa Grande	Estrada Alto do Ipiranga	Baixa Grande	4519
9	Creche	Beira do Tai	Av. Júlio de Souza Rangel, s/nº	Beira do Tai	477,60
10	Creche	Benedito Alves Barreto	Rua Pache Faria, 05	Nova Brasília	502,98
11	Creche	Bruno da Silva Macabu	Rua 6, nº 255	Jardim Boa Vista	1650,00
12	Creche	Carlos Roberto Nunes de Carvalho	Rua Amaro Machado, 67	Angélica	386,56
13	Creche	Conceição do Imbé	Conceição do Imbé	Morangaba	940
14	Creche	Desembargador Sebastião Amaro da Silva Machado	Av. Guilherme Morisson, 619	Tocos	342,6
15	Creche	Dom Antonio de Castro Mayer	Rua Domingos Viana, 224	Califórnia	1722,17
16	Creche	Dom Helder Câmara	Rua Visconde de Alvarenga, nº 100	Pecuária	1749,07
17	Creche	Donana	Rua Estrada da Tocaia, 39	Donana	370,49
18	Creche	Doutor Félix Miranda	Avenida Petrópolis, 19	Guarus	960,05
19	Creche	Emídio Teixeira de Oliveira	Rodovia Campos-Vitória, Km 7	Lagoa das Pedras	957,75
20	Creche	Enéas Tavares Trindade	Rua do Alto, s/n	Vila Nova	803,91
21	Creche	Erivelton Junior	Rua Praça São Sebastião, 10	São Sebastião	439,07
22	Creche	Farol de São Thomé	Avenida Olavo Saldanha, s/nº	Radio Velho	1969,07
23	Creche	Felismindo Marques Barreto	Rua Boa Ventura, s/nº	Farol de São Tomé	522

24	Creche	Francisco Alves Dias	Rua Capitão Menezes, nº 195	Santa Clara	2962
25	Creche	Francisco Cordeiro Pereira	Rua Projetada 3, s/nº -Conjunto Habitacional da Penha	Penha	1955,00
26	Creche	Francisco de Assis	Rua Dr. Adão Manoel Pereira Nunes, s/nº	Matadouro	3475,09
27	Creche	Gandur Assed	Rua Principal, 32	Terra Prometida	860,00
28	Creche	Getúlio Vargas	Rua Alta de Souza, 242	Alvorada	1949,68
29	Creche	Gilberto do Espírito Santo Amaral	Rua Prof.ª Ruth Ribeiro do Rosário, 407	Codin	1812,07
30	Creche	Glicério Carlos Neto	Rua Ibitioca, 100	Lebret	1827,50
31	Creche	Grevi Siqueira	Rua Carlos Bruno, 86/98	Custodópolis	1526,13
32	Creche	Heloísa Monteiro da Paixão	Rua São Francisco de Paula, 12	Guarus	111,09
33	Creche	Henrique Jardim da Cruz	Rua Mercúrio, 04	Santa Maria	695,35
34	Creche	Irmã Dulce	Rua Manoel Ribeiro, 97	São Benedito	2370,30
35	Creche	Irmã Zilda	Rua Teotônio Ferreira de Araújo, 115	Conselheiro Josino	534,4
36	Creche	Irmã Zilda de Castro	Rua Ramiro Braga, 06	Cajú	414,49
37	Creche	Jardim Ceasa	Rua Nova Aurora, 348	Jardim Ceasa	146,31
38	Creche	João Batista Veiga	Rua Patrício Menezes, 37	Custodópolis	1368,95
39	Creche	João Goulart	Rua Prof.ª Ruth Ribeiro do Rosário, 73	Eldorado	804,06
40	Creche	João Perdecene Neto	Av. Rui Barbosa, 553	Lapa	1969,07
41	Creche	João Siqueira dos Santos	Rua C, Quadra C, 41	Tapera	2158,54
42	Creche	Jocineia da Silva Borges	Rua 15, s/n.	Novo Jockey	1628,70
43	Creche	José Cândido de Carvalho	Rodovia Alair Ferreira, nº 678	Saturnino Braga	1600,00
44	Creche	José de Souza Sodré	Rua São Francisco, 75	Dores de Macabú	1320,56
45	Creche	José Eduardo Peixoto Zandonade	Rua Aldenor Alves dos Santos, 150	Santa Helena	2399,42
46	Creche	José Moreira	Rua Manoel Gomes da Silva, 23	Penha	492,7
47	Creche	José Silveira Lubanco	Rua Teotônio Ferreira de Araújo, nº 25	Espírito Santinho	344,47
48	Creche	Luiz Gonzaga da Silva	Rua José Maria da Cruz Campista, 44	Ururai	2115,81
49	Creche	Madre Teresa de Calcutá	R. Manoel Vieira da Silva. 33	Travessão	1143,91

50	Creche	Mãe Flor	Rua Principal, s/n	Poço Gordo	1174,84
51	Creche	Maria da Conceição Santos Tavares	Rodovia Deputado Alair Ferreira, RJ 216	Baixa Grande	1029,81
52	Creche	Martin Luther King	Rua Nove, s/n	Novo Eldorado	2760
53	Creche	Mirian dos Santos Melo	Rua Henrique Oliveira, nº 116	Novo Jockey	485,54
54	Creche	Monteiro Lobato	Av. Principal, s/n	Campo Novo	534,02
55	Creche	Nadir Pereira Gomes	Avenida Principal, 85	Morangaba	712,34
56	Creche	Norberto Siqueira Barreto	Rua Sebastião Silvano, 128	Goitacazes	716,64
57	Creche	Olímpio Paulo da Silva	Rua Nossa Senhora da Penha, 05	Morro do Coco	590,33
58	Creche	Parque Aurora	Travessa Martins, nº 49	Aurora	1069,34
59	Creche	Parque Guarus	Av. Petrópolis, 170	Guarus	730,93
60	Creche	Parque Imperial	R. Lourival Martins Beda, 2	Imperial	234,81
61	Creche	Parque Prazeres	R. Djalma Lima, 100	Prazeres	1182,00
62	Creche	Parque Santos Dumont	Rua Álvaro Batista, 28	Santos Dumont	193,48
63	Creche	Penha	R. Rossine Quintanilha Chagas, s/n	Penha	1633,24
64	Creche	Professor Paulo Freire	Rua Santo Augusto de Mello, 29	Centro	565,92
65	Creche	Professora Angela Maria do Amaral Carvalho	Estrada Principal, s/n	Lagoa de Cima	325,85
66	Creche	Professora Diva Marina S. Goulart	Av. Bartholomeu Lisandro, 1116	Jardim Carioca	1585,97
67	Creche	Professora Joelma Figueiredo de Souza	Rua Lindolfo Fraga, 71	Fundão	389,34
68	Creche	Professora Olga Linhares Corrêa	Rua Araújo Silva, 87	Jardim Carioca	675
69	Creche	Professora Rita de Cássia Rocha S. Chardelli	Marechal Floriano, 281	Centro	1241,65
70	Creche	Professora Ruth Chagas Manhães	Rua Wilson Amaro de Freitas, 61	Julião Nogueira	2408,84
71	Creche	Salvador Rangel Lopes	Rua Walter Sales, 71	Esplanada	1482,22
72	Creche	São Matheus	Rua Marquês de Valença, nº 5	São Matheus	545,43
73	Creche	Sebastião Tavares Campista	Rua Cardoso Moreira, 361	Turf Club	892,06
74	Creche	Sérgio Luiz Lilico Paes da Silva	Rua Minas Gerais, 13	Cidade Luz	1712,10
75	Creche	Silvina Manhães Terra	Estrada Ribeiro Comprido, s/n	Ibitioca	660

76	Creche	Souza Mota	Av. Souza Mota, nº 123	Fundão	1316,72
77	Creche	Subtenente Cláudio Henrique Laurindo de Carvalho	Rua Fideli Maia Peixoto, s/n	Saraiva	1489,23
78	Creche	Vera Pretymann	Rua do Colégio, 39	Santa Cruz	705,24
79	Creche	Vereadora Hermeny Coutinho	Rua Dorila Pessanha Gimenes, nº 100	Jardim Aeroporto	2327,61
80	Creche	Wilson Amaro de Freitas	Rua Antonio Callado, nº 220	Jockey II	1992,82
81	Creche	Zumbi dos Palmares	Rua Juiz Antônio Braga, 02	Santa Rosa	1554,42
82	Escola	Alayr Bernardes Pereira	Estrada de Brejo Grande s/n	Brejo Grande	380,00
83	Escola	Albertina Azeredo Venâncio	Av. Antonio Luiz da Silveira, 204	Travessão	2683,17
84	Escola	Alberto Lamego (Martins Lage)	Rodovia José Lysandro de Albernaz Gomes	Martins Lage	2258,73
85	Escola	Alberto Lamego (Poço Gordo)	Av. Augusto Gomes de Oliveira, 18	São Sebastião	3538,47
86	Escola	Alcebiades Candiano	Estrada Dores de Macabu, s/nº	Ponta da Lama	3843,00
87	Escola	Alfredo Vieira Machado	BR 101, KM 129	Serrinha	1050,00
88	Escola	Alicério Ribeiro da Silva	Rua Miguel Rinald, 685	Canto do Rio	582,10
89	Escola	Alva Doralice Ribeiro de Castro	Avenida Central, S/N	Santa Cruz	1118,85
90	Escola	Amaro Antonio da Silva	Estrada do Açúcar, s/nº - Km 23 - RJ-216	Ponto do Coqueiro	344,72
91	Escola	Amaro Prata Tavares	Rua Tenente Coronel Cardoso, nº 647	Centro	642,36
92	Escola	Ambrósio de Souza	Estrada do Leite, s/nº	Serrinha	696
93	Escola	Anleifer Leite Fernandes	Rua 9, BR 101, Km 05 , nº 01	Jardim Boa Vista	869,00
94	Escola	Antonia Lopes	Rua do Colégio	Pernambuca	781,61
95	Escola	Antônio Caetano Peixoto	Estrada Alto do Elizeu, nº 398	Alto do Elizeu	526,5
96	Escola	Antônio de Souza Rodrigues	Av. Guilherme Miranda, 40	Coqueiro de Tocos	1151,8
97	Escola	Antônio Joaquim Codeco	Estrada Lagoa de Cima	Morro Grande	315,00
98	Escola	APIC	Terminal Pesqueiro	Farol de São Tomé	338,00
99	Escola	Arnaldo Rosa Viana	Rua Maria do Carmo Ribeiro Barreto, 481	Aurora	8722,47
100	Escola	Ary Batista Rangel	Rua Principal, s/nº - KM 10	Nova Canaã	4795,00

101	Escola	Ataide Dias	Rua Califórnia, 110	Santa Rosa	11334,81
102	Escola	Augusto Machado Viana	Rua F, s/n	Codin	2883,00
103	Escola	Barreto	Rodovia Amaral Peixoto -Km 91	Caxeta	430,00
104	Escola	Bartholomeu Lysandro	Estrada de Balança Rangel, s/n°	Travessão	640,00
105	Escola	Branca Peçanha Ferreira	Rua José Jorge Teixeira, 144	Eldorado	2259,53
106	Escola	Califórnia	Rua California, S/N	Santa Maria	3000,00
107	Escola	Carlos Chagas	Rua Principal, s/n°	Jacarandá	543,74
108	Escola	Carlos Jardim da Cruz	Rua Teotônio Ferreira de Araújo	Espírito Santinho	1328,87
109	Escola	CE 29 de Maio	Rua Visconde de Alvarenga, 01	Pecuaría	4241,94
110	Escola	CEMSTIAC	Rua Lacerda Sobrinho, 114	Centro	1278,40
111	Escola	Cláudia Almeida Pinto de Oliveira	Rua Dom Augustinho, 100	Vila do Sol	1328,21
112	Escola	Clóvis Tavares	Rua Allan Kardec, 01	Nova Brasília	12310,27
113	Escola	Conceição do Imbé	Fazenda Conceição do Imbé	Morangaba	475,00
114	Escola	Conselheiro Josino	Rua Porfírio Mothé, nº 109	Conselheiro Josino	2784,52
115	Escola	Coronel Antonio Batista	Praça de Santo Amaro, 20	Santo Amaro	964,14
116	Escola	Custódio Generoso Vieira	Rua Djalma Lima, 286	Prazeres	1017,33
117	Escola	Custódio Siqueira	Avenida Senador José Carlos Pereira Pinto, 500	Calabouço	6750,14
118	Escola	Donana	Rua Francisco Sabino, 60	Donana	530,31
119	Escola	Dr. Alcindor de Moraes Bessa	Rua Riachuelo, 485	Pq. Turf Club	508,81
120	Escola	Dr. Francisco Manoel Pereira Crespo	Rodovia Campos -Vitória, KM 8	Jardim Aeroporto	1600,00
121	Escola	Dr. Getúlio Vargas	Rua Maria Isabel gomes dos Santos, 01	Tocos	1873,49
122	Escola	Dr. Luiz Guaraná	Estrada de Cambaiba, s/n°	Cambaiba	2544,31
123	Escola	Dr. Luiz Sobral	Rua Araújo Silva, 968	Jardim Carioca	3339,07
124	Escola	Eldorado	Rua Projetada c/ Rua Maria Gizete Pontes S/N	Pq. Eldorado	5105,26
125	Escola	Eloy Ornelas	Rua do Alto, 87	Vila Nova	2240,56
126	Escola	Etelvira Martins Medeiros	Av. Antonio Luiz da Silveira, 1476	Travessão	752,81
127	Escola	Farol de São Tomé	Avenida Pinheiro Machado, nº 956	Farol de São Tomé	3813,19

128	Escola	Fazenda Aleluia	Fazenda Aleluia	Imbé	400,00
129	Escola	Fazenda Chalita	Fazenda da Penha	Morangaba	542,00
130	Escola	Felício Sarlo	Parque Ipiranga	Morro do Coco	710,00
131	Escola	Ferroviário Jacy da Silva Barreto	Rua Bruno de Azevedo, 57	Tamandaré	374,34
132	Escola	Francisco de Assis	Rua Adão Manoel Pereira Nunes, 215	Matadouro	3475,09
133	Escola	Francisco Faria Barbosa	Rodovia Campos- Itaperuna, Km 3, nº 200	Aldeia	2257,33
134	Escola	Francisco Portela	Rua Guilherme de Morisson, 269	Tocos	10716,56
135	Escola	Francisco Ribeiro Siqueira	Rua Aldeir Domingues Marques, 57 - Km 15	Mussurepe	748,97
136	Escola	Francisco Ricardo L. A. Santos	Rua 1, s/nº - Km 15	Travessão	446,75
137	Escola	Francisco Ricardo L. A. Santos (Mundéus)	Avenida Principal, 215	Mundéus	224,74
138	Escola	Frederico Paes Barbosa	Rua John John Duncan, 55	Novo Mundo	1747,99
139	Escola	Genésio Viana	Rodovia Murundu -Palmares, s/nº	Palmares	360,36
140	Escola	Gervásio Vasconcelos Cordeiro	Estrada do Açúcar, s/nº	Ponto do Carmo	337,06
141	Escola	Gonçalo Francisco Nunes	Estrada do Carvão, s/nº	Carvão	764,74
142	Escola	Guiomar Ramos Paes	Balança Santa Maria	Travessão	259,26
143	Escola	Heitor Alves Barreto	Estrada Largo do Garcia	São Sebastião	673,71
144	Escola	Helena Machado de Oliveira	Rodovia Campos-São Fidélis	Itereré	326,62
145	Escola	Ignácio Corrêa dos Santos	Rua Principal, s/nº	Guandú	2821,12
146	Escola	Iniciação Agrícola José Francisco Mota Vasconcelos	Estrada do Açúcar, s/nº	Donana	2865,05
147	Escola	Instituto Profissional São José	Avenida Rui Barbosa, 553	Lapa	2807,45
148	Escola	Isabel Maria Polônio Tavares	Rua das Flores, 150	Murundu	5209
149	Escola	Jacques Richer	Estrada de Campo Novo	Campo Novo	1443,8
150	Escola	João Batista de Azeredo	Praça Nossa Senhora da Conceição, 43	Travessão	1007,41
151	Escola	João Borges Barreto	Rua Haroldo Machado, 215º	Ururá	3300,00

152	Escola	João Carlos de Castro	Morro do Côco	Pião de Baixo	1200,00
153	Escola	João Goulart	Rua Principal, s/n°	Venda Nova	1021,24
154	Escola	José Carneiro Terra	Avenida Newton Guaraná, s/n°	Fazendinha	3882
155	Escola	José das Chagas Pinto	Praça de Marrecas, s/n°	Mussurepe	1093,03
156	Escola	José de Anchieta	Rua Xingu, s/n°	Xexé	1060,00
157	Escola	José de Azevedo	Rua Nossa Senhora da Conceição, 50	Ponta Grossa do Fidalgos	1404
158	Escola	José do Patrocínio	Avenida Henrique Guitton, 151	Penha	3206,88
159	Escola	José Giró Faísca	Rua São José, KM 15	Nova Travessão	481,22
160	Escola	José Manoel da Silva	Rua Principal, s/n° -Retiro	Canal das Flechas	628,09
161	Escola	Leandro de Souza Gomes	Estrada Pedra Negra, s/n°	Ibitioca	1590
162	Escola	Leoncio Pereira Gomes	Rua Rodrigues Peixoto, n° 01	São Sebastião	3555,28
163	Escola	Leopoldino Maria	Rua Leopoldino Maria, 01	Nova Goitacazes	2590,87
164	Escola	Lídia Leitão de Albernaz	Rua Rio Grande do Sul, 46	Guarus	1375,73
165	Escola	Lions Goitacá	Rua Dr Acyr Belo de Campos, s/n°	Calabouço	896
166	Escola	Lions I	Avenida Santa Rosa, n° 36	Santa Rosa	825,3
167	Escola	Lions II	Rua Dom Aquino Corrêa, 01	São Jorge	1068,57
168	Escola	Lúcia Caldas	Estrada do Açúcar	Campo Limpo	432
169	Escola	Luís Carlos de Lacerda	BR 101 - Rodovia Campos-Vitória, Km 16, s/n°	Travessão	14192,77
170	Escola	Luiz Monteiro Barbosa	Estrada São Luis de Mutuca	Morro do Coco	1071,00
171	Escola	Lulo Ferreira de Araújo	Rua Nossa Senhora da Penha, 01	Morro do Coco	2213,17
172	Escola	Maestro Vila Lobos	Rua Nazário Pereira Gomes, 142	São José	10519,33
173	Escola	Manoel Coelho	Rodovia Raul Souto Maior, 131	Ponta da Cruz	1559,13
174	Escola	Manoel Corrêa Gonçalves	Estrada de Macacos	Dores de Macabú	864,20
175	Escola	Manoel Pereira Gonçalves	Estrada da Figueira -Fazenda Felicidade	Caixeta	970,00
176	Escola	Manoel Ribeiro do Nascimento	Rua E, 15 - Loteamento Novo	Tapera	4314,18
177	Escola	Manoel Simões de Rezende	Rua 02, Estrada do Carvão	Cantagalo	2527,72
178	Escola	Marechal Artur da Costa e Silva	Avenida Zuza Mota, 475	Presidente Vargas	1842,01

179	Escola	Maria Antônia Pessanha Trindade	Avenida Mário de Abreu, s/n°	Quilombo	1127,03
180	Escola	Maria Arlete Azevedo Araújo	Rodovia Alair Ferreira, nº 100	Saturnino Braga	775
181	Escola	Maria Lúcia	Praça Antonio Viana, 03	Turf Club	1554,04
182	Escola	Maria Oueiroz de Oliveira	Rua Maria Cândida Pessanha, 21	Mineiros	1755,68
183	Escola	Mário Barroso	Rua da Farmácia, nº 202	Ururai	1335,00
184	Escola	Marlene Henriques Alves	Rua Luiz Baldan, s/n°	Jardim Aeroporto	1396,5
185	Escola	Miguel Henrique Gomes	Rua Principal, s/n°	São Martinho	2013,52
186	Escola	Maria Cordeiro Borges	Rua Principal, 40	Rio Preto	7295,00
187	Escola	Nação Goitacá	Estrada de Poço Gordo, 462	Goitacazes	17041,69
188	Escola	Nossa Senhora Aparecida	Rua Santo Augusto de Melo, nº 29	Santo Eduardo	2900
189	Escola	Nossa Senhora da Conceição	Praça N.S. Conceição, 65	Arraial	1101,98
190	Escola	Olavo Alves Saldanha Filho	Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 01	Boa Vista	1171,97
191	Escola	Olímpio Honório	Avenida Pinheiro Machado, 950	Farol de São Thomé	1553,16
192	Escola	Olímpio Peixoto Sampaio	Rua Marte, 17	Santa Maria	974,72
193	Escola	Padre João Norberto da Costa Lima	Estrada de Lagoa de Cima, s/n°	Fazenda Olinda	1581,14
194	Escola	Pedro Álvares Cabral	Estrada Taquaraçu, 100	Terra Prometida	15391,00
195	Escola	Pedro Barbosa	Estrada Principal, s/n°	Rio do Colégio	628,00
196	Escola	Pequeno Frederico	Rua Vicente de Vasconcelos, 108	Ururai	864,54
197	Escola	Pequeno Jornaleiro	Rua Antonio Ribeiro Moço, nº 11	Centro	891,50
198	Escola	Ponta da Palha	Estrada Lagoa de Cima, s/n°	São Benedito	387,52
199	Escola	Posse do Meio	Posse do Meio	Santa Maria	180,54
200	Escola	Presidente Castelo Branco	Rua Prefeito Edgar Nunes Machado, 96	Pecuária	3044,58
201	Escola	Prisco de Almeida	Avenida Senador José Carlos Pereira Pinto, 471	Calabouço	534,45
202	Escola	Prof. Wilmar Cava Barros	Avenida Presidente Kennedy, 111	Jockey Club	915,95
203	Escola	Prof. Carlos Bruno	Rua Principal, s/n°	Ribeiro do Amaro	750

204	Escola	Prof. Darcy Ribeiro	Rua Quatro, 115	Três Vendas	912,91
205	Escola	Prof. Paulo Freire	Rua Bernardo Capitão, 01	Dores de Macabú	1320,56
206	Escola	Prof. Walter Siqueira Manhães	Rua Wilson Amaro de Freitas, 51	Julião Nogueira	5499,97
207	Escola	Prof.ª Carmem Sylvia Carneiro	Rua Edgard Monteiro, 1740	Eldorado	10269,8
208	Escola	Profa. Áurea Simão	Rua Santo Eduardo, 41	Lebret	304
209	Escola	Profa. Eleonora Silva Viana Pinto	Estrada do Fio, 49 - KM 13	Travessão	1947
210	Escola	Profa. Eunícia Ferreira da Silva	Rua Pastor Rubens Coelho, 120	Santa Rosa	2435,80
211	Escola	Profa. Maria Angela Moreira Pinto	KM 94, BR 101	Caxeta	798,00
212	Escola	Profa. Olga Linhares Corrêa	Avenida Senador José Carlos Pereira Pinto, 751	Calabouço	741,03
213	Escola	Profa. Sebastiana Machado da Silva	Rua Dr. Beda, 472	IPS	1929,83
214	Escola	Raymundo Soares Filho	Estrada Cerejeira, s/n°	Cerejeira	1131,00
215	Escola	Rotary I	Rua das Hotências, 03	Bela Vista	447,85
216	Escola	Sagrada Família	Avenida Santo Afonso, 208	João Seixas	447,85
217	Escola	Salvador Benzi	Fazenda Opinião	Imbé	1445,00
218	Escola	Santa Bárbara	Fazenda Santa Barbara	Santa Bárbara	1300,00
219	Escola	Santa Maria	Rua Marte, 17	Santa Maria	2373,69
220	Escola	Santa Rita de Cássia	Rua Manoel Ribeiro de Souza, s/n°	Chave do Paraíso	809,00
221	Escola	Santa Terezinha	Rua Dom Bonifácio Plum, 30	Baixa Grande	6629,65
222	Escola	Santo Amaro	Avenida Principal, s/n°	Água Fria	500,00
223	Escola	Santo Antônio	Rua Santo Antônio, 129	Jardim Carioca	573,6
224	Escola	São João	KM 6, RJ 230	São Roque	231,92
225	Escola	Sebastião Ribeiro de Deus	Rua 16, s/n°	Novo Jockey	4784,28
226	Escola	Sebastião Viveiros de Vasconcelos	Estrada de Dorés de Macabú, s/n	Guriri	1255,00
227	Escola	Senador José Carlos Pereira Pinto	Rua Eudócio de Brito Falcão, 120	Nova Brasília	4036,45
228	Escola	Senador Tarcísio Miranda	Avenida Presidente Kennedy, n° 47	Jockey Club	237,91

229	Escola	Sérgio Viana Barroso	Estrada de São Martinho	Caboio	2485,19
230	Escola	Sesmaria	Sesmaria	Morro do Coco	366,54
231	Escola	Tarc�lio Siqueira Cordeiro	Rua Principal, s/n�	Beira do Ta�	488
232	Escola	Thierry Homero Ribeiro Gomes	Estrada de São Martinho, s/n�	Alto da Areia	1480
233	Escola	Wilson Batista	Avenida Campista, 240	Guarus	11583,42
234	DEMAIS SETORES PERTENCENTES � SEDUCT	Sede da SEDUCT	Av. Vinte e Oito de Março, 40-156	Pq. Tamandaré	3904,21
235		Casa do Conselho	Rua 07 Capitães, 46	Pelinca	207,3
236		Galpão do Suprimento	Rua Mário Matos Goulart n� 106	Pq. São Caetano	2934,65
237		Cidade da Criança	Av. Vinte e Oito de Março, s/n	Pq. Alzira Vargas	8800
TOTAL					472901,57

ANEXO II

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA (papel timbrado da empresa)

Atesto, para fins de comprovação junto à Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, que o Sr., portador da Carteira de Identidade nº, expedida pelo, inscrito no CPF sob o nº, representando nossa Empresa, compareceu ao local onde serão executados os serviços tomando conhecimento de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir sobre o custo dos serviços e de seu respectivo cronograma de execução.

Campos dos Goytacazes, de de

Carimbo e Assinatura do Representante Legal da Empresa

Ciente,

Assinatura com carimbo e matrícula ou CPF do
servidor responsável por acompanhar a visita técnica.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DA VISITA TÉCNICA (papel timbrado da empresa)

A empresa CNPJ, DECLARA para os fins do Processo Licitatório n.º modalidade Pregão Presencial n.º que por deliberação única e exclusiva da declarante, a mesma não participou da visita técnica disponível no referido processo licitatório, sendo de sua total responsabilidade e conhecimento as condições de realização dos serviços, não recaiando em nenhuma hipótese qualquer responsabilidade sobre o Município ou argumento futuro quanto à não visitação antecipada.

Campos dos Goytacazes, de de

Carimbo e Assinatura do Representante Legal da Empresa